

CONGRESSO / Presidente do Senado quer disciplinar o uso dos recursos bilionários destinados aos partidos em 2024 e discutir coincidência de mandatos

Reforma eleitoral pode incluir fim da reeleição

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

Ed Alves/CB/DA.Press



Rodrigo Pacheco: "Mandato de cinco anos, sem reeleição, é bem razoável"

O debate acerca do Orçamento de 2024 reacendeu o interesse do Senado na minirreforma eleitoral. O Fundo Eleitoral aprovado no Congresso, de R\$ 4,9 bilhões, incomodou o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que estabeleceu como prioridade para o próximo ano trabalhar em busca de "profundas e marcantes modificações na legislação eleitoral".

Depois da tentativa frustrada de diminuir o valor destinado ao fundo das eleições municipais, Pacheco deve retomar a discussão sobre projetos que revisam o sistema eleitoral do país. O senador afirmou que a Casa vai se concentrar em "buscar alternativas de aprimoramento".

Para ele, é preciso "ter no Brasil uma lei que possa disciplinar a aplicação dos fundos eleitorais, para não ficar dentro da discricionariedade de comandos partidários e (para que) todos, efetivamente, possam ter acesso a isso. Esse valor (R\$ 4,9 bilhões) precipita muito a discussão da volta do financiamento privado, de pessoas jurídicas, e precipita uma reflexão sobre o custo das eleições para o Brasil", disse Pacheco a jornalistas.

Para reduzir os custos do Estado com eleições, Pacheco pretende pautar no Senado o fim da reeleição para cargos no Executivo e, com isso, o aumento do mandato presidencial de quatro para cinco anos. Dessa forma, a minirreforma buscaria coincidir os mandatos de presidente, deputados, senadores, prefeitos e

vereadores, na tentativa de "termos menos eleições". "Tudo isso acaba sendo fortalecido com uma decisão de um Fundo Eleitoral dessa monta. Eu respeito, mas isso gera consequências de reflexões para o Brasil no ano de 2024. Eu considero que iniciaremos o ano com esses desafios, especialmente nessa questão do sistema eleitoral e político no nosso país", ressaltou, na véspera do recesso legislativo.

"Vamos discutir a questão da coincidência de mandatos. Vamos discutir o custo da Justiça Eleitoral, pois são quase R\$ 11 bilhões por ano em função de

ter eleições a cada dois anos. Não só pela economia que isso representa para os gastos públicos, mas para tirar do Brasil esse estado permanente eleitoral que vivemos, que contamina a qualidade dos mandatos e da política", pontuou. "A política tem uma razão de ser que não pode ser uma razão puramente eleitoral", alegou.

Segundo Pacheco, as mudanças, caso aprovadas pela Casa, só valeriam a partir de 2030 e não afetariam uma possível reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2026. "O fim da reeleição é um desejo

muito forte dos senadores. Nós vamos fazer audiências públicas, vamos debater isso", garantiu.

"O que a gente viu foi a reeleição sendo usada como algo que atrapalha a primeira gestão. Se faz de tudo para ser reeleito, gasto desenfreado, nomeações que não devem ser feitas, composições que não devem ser feitas. Um mandato um pouco mais longo, de cinco anos, sem perspectiva de reeleição, é bem razoável", argumentou Pacheco, em café da manhã com a imprensa.

Reação petista

A proposta, apesar de ter boa aceitação entre os parlamentares, é criticada por integrantes da base do governo. O PT, partido que mais se beneficiou com a reeleição ao longo da história, é contra a mudança, assim como manifestou a presidente da agremiação, deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR). "Mesmo que seja para valer só a partir de 2030, a proposta para acabar com a reeleição de presidentes é oportunista e representa um retrocesso na representação democrática da maioria da população".

"Quando os tucanos criaram a regra da reeleição, em benefício próprio, as tais elites apoiaram e aplaudiram. Quando presidentes do PT foram reeleitos, aí a reeleição virou problema. Desde o golpe contra Dilma, os poderes da Presidência vêm sendo reduzidos e, até, usurpados pelo Congresso, especialmente na execução do Orçamento, que favorece a reeleição da maioria conservadora, em detrimento dos interesses do país", declarou a deputada.

inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos". A proposta está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aguardando a designação da relatoria. Essa é a aposta de Pacheco para 2024.

"A concorrência entre os mandatários e os demais candidatos é desigual, e a derrota dos candidatos à reeleição ocorre apenas em circunstâncias muito particulares. O sujeito tem que ser muito ruim de serviço para perder uma reeleição, tendo toda a máquina em suas mãos, sem ter que deixar o cargo", disse Jorge Kajuru.

Para o professor de direito constitucional e teoria geral do Estado da Universidade de São Paulo (USP) Rubens Beçak, é natural que o Parlamento, sempre antes de períodos eleitorais, debata mudanças nas regras do jogo, mas este não é o momento ideal para discutir o fim da reeleição. "Penso que deveríamos experimentar esse modelo por mais tempo para que a gente pudesse entrar, mais à frente, daqui alguns anos, em um debate mais profundo sobre se deve mudar ou não", avaliou. (AB e AM)

Prática de 26 anos

A reeleição é uma ferramenta recente no Brasil. A Constituição não previa a possibilidade de renovação do mandato para cargos do Executivo, mas o texto da Carta Magna foi alterado, em 1997, por meio de uma Emenda à Constituição que recebeu o apoio do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

À época, a legislação previa um mandato único de cinco anos, mas FHC queria se reeleger e articulou a aprovação da proposta. Jornais do fim da década de 1990 chegaram a denunciar possível compra de votos dos parlamentares, com o objetivo de aprovar a emenda. Em 1998, Fernando Henrique Cardoso conseguiu se reeleger e se tornou o único presidente até os dias atuais a ser eleito e reeleito em primeiro turno.

Em 2015, FHC falou sobre a manobra para conseguir a aprovação da PEC. "Houve compra de votos? Provavelmente. Foi feita pelo governo federal? Não foi. Pelo PSDB: não foi. Por mim, muito menos. Vocês se esquecem de que os governos estaduais estavam

em jogo, que os governadores queriam a reeleição", avaliou.

Em 2020, FHC disse se arrependeu da proposta e defendeu uma reestruturação do sistema eleitoral. "Cabe a mim uma mea culpa. Permiti, e por fim aceitei, o instituto da reeleição. Devo reconhecer que, historicamente, foi um erro. Se quatro anos são insuficientes e seis parecem ser muito tempo, em vez de pedir que no quarto ano o eleitorado dê um voto do tipo plebiscitário, seria preferível termos um mandato de cinco anos e ponto final."

Décadas de debate

O fim da reeleição, por meio de uma minirreforma, é discutido no Congresso Nacional há quase duas décadas. Desde o começo deste século, cerca de 25 PECs foram apresentadas com o intuito de alterar o Código Eleitoral e voltar ao que previa o texto original da Constituição: mandato único com duração de cinco anos, mas nenhuma delas chegou a ser votada em Plenário.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Belém chora a morte de uma criança a cada dez minutos

A comemoração mais importante do Ocidente é o Natal, que celebra o nascimento de Jesus Cristo e, com isso, a renovação da esperança que explode na passagem de ano-novo. Para os cristãos ortodoxos e coptas, que ainda seguem o calendário decretado pelo imperador romano Júlio César, em 46 a.C., a festa natalina ocorre em 7 de janeiro. Entretanto, quase não houve nem haverá celebração em Belém, a cidade mais católica da Palestina, onde Cristo nasceu. Resume-se a um presépio montado sobre pedras e um menino Jesus envolto numa mortalha. Simbolizam a destruição de Gaza e a morte de uma criança a cada dez minutos pelos bombardeios israelenses, segundo os números divulgados pelo porta-voz do Fundo da ONU para Infância (Unicef), James Élder.

A música, a árvore de Natal, a procissão e a grande missa deram lugar a um protesto quase silencioso da Igreja Católica, verbalizado pelo papa Francisco, em Roma, na Missa do Galo. Na Praça da Manjedoura não há turistas nem fiéis. Os líderes das diversas representações cristãs em Jerusalém emitiram uma carta pedindo a seus congregados que renunciassem a quaisquer "atividades festivas desnecessárias". Em protesto, no domingo, o cardeal Pierbattista Pizzaballa, o Patriarca Latino, a maior autoridade católica da região, caminhou em silêncio de Jerusalém a Belém, onde celebrou a missa, à meia-noite, na Igreja da Natividade, sem peregrinos.

Apesar da resolução das Nações Unidas (ONU) que pede uma trégua para a entrada de ajuda humanitária, Israel prossegue seus bombardeios no sul de Gaza, inclusive contra os campos de refugiados. Diante das críticas do secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, suspendeu a emissão e a renovação de vistos diplomáticos para funcionários da ONU, entre os quais, o secretário-geral adjunto para Assuntos Humanitários, Martin Griffiths. Um gesto sem precedentes, mas coerente com a morte de mais de 140 funcionários da ONU nos ataques israelenses.

O secretário-geral da ONU irritou Netanyahu ao criticar o Hamas pelos "ataques horrendos" e pelo "castigo coletivo do povo palestino". Guterres acusa Netanyahu de "graves e claras" violações do direito humanitário internacional em Gaza. Disse que "os ataques do Hamas não se produziram em um vazio. O povo palestino está submetido há 56 anos a uma ocupação sufocante, e tem visto sua terra devorada pouco a pouco por assentamentos", o que foi interpretado como uma justificativa para o ataque terrorista de 7 de outubro, que Guterres nega.

Ameaça existencial

A retaliação implacável de Israel, de certa forma, faz o jogo de seus adversários, sobretudo o Irã, pois aumenta seu isolamento internacional. Aprofunda a crise política do país, mesmo que sob o manto de unidade nacional, tecido por uma ação terrorista que é tratada como uma ameaça existencial na dimensão do Holocausto. A esquerda israelense perdeu a ideia-força da coexistência com os palestinos; a direita, a confiança da população conservadora e sionista. A estratégia de ocupação militar da Cisjordânia e bloqueio de Gaza fracassou. A escolha de Netanyahu, agora, é a ocupação definitiva do enclave e uma limpeza étnica, insustentável internacionalmente, até mesmo para Estados Unidos. A mudança de rumo em direção à solução de dois Estados, mesmo com a queda do governo após a guerra, parece cada vez mais difícil, embora tenha amplo apoio internacional.

A guerra unificou um país dividido entre a preservação da sua democracia e a adoção de um regime "liberal", com a tentativa de Netanyahu de reduzir o poder dos tribunais. Também reduziu as diferenças entre os judeus ultraortodoxos, que se recusam a prestar serviço militar, e sionistas, sempre dispostos a pegar em armas para defender seu território. De certa forma, reforça o caráter étnico-religioso do Estado de Israel e legitima o regime de apartheid imposto aos palestinos. Enquanto houver a guerra, Netanyahu estará firme no poder, com apoio dos militares linha-dura que comandam a carnificina em Gaza.

Uma pesquisa recente mostrou que 70% da população árabe se sente parte do Estado de Israel. É uma realidade multiétnica que somente tem sentido numa ordem democrática. Para a minoria árabe, que representa um quinto dos mais de 9 milhões de residentes de Israel, a situação é complexa: dezenas de árabes morreram em 7 de outubro, o que fortalece esse pertencimento, porém, não são indiferente à morte dos palestinos civis de Gaza, sobretudo crianças em mulheres, vítimas dos bombardeios israelenses.

Mais da metade dos israelenses judeus se opõe à retomada das negociações para criar um Estado palestino e apoiam os assentamentos na Cisjordânia. Além disso, há o senso comum de que os ataques do Hamas não teriam ocorrido se a ocupação de Gaza por Israel tivesse permanecido após a Intifada. Entretanto, com a ocupação de territórios palestinos, no espaço de duas ou três gerações, os árabes serão a maioria da população do que seria a "Grande Israel".



FELIZ DF NOVO.

Com novos hospitais no Guará, em São Sebastião e no Recanto das Emas.

A grande transformação do Distrito Federal continua em 2024. Novos investimentos serão feitos para construir três novos hospitais, ampliar os de Brazlândia e Planaltina e entregar duas novas UPAs, na Estrutural e no Guará, além de 14 Unidades Básicas de Saúde e oito policlínicas. Tudo isso para trazer um feliz DF novo para todos.

